



AUXÍLIOS ESTUDANTIS E APOIO PEDAGÓGICO: REVISÃO SISTEMÁTICA

Geovana Nossa Zamprogno

RESUMO

Este estudo realiza uma análise da literatura referente ao suporte oferecido pelos docentes e à assistência aos discentes. Nos últimos vinte anos, o ensino superior no Brasil passou por transformações significativas, resultando em um perfil de estudantes que se difere consideravelmente. Nesse contexto, iniciativas como o PNAES tornaram-se essenciais para facilitar a continuidade dos estudos. No entanto, a mera oferta de auxílio material não é suficiente para garantir a permanência desses alunos nas instituições de ensino. É necessário desenvolver ideias inovadoras, como o suporte pedagógico, que se apresentam como alternativas valiosas às políticas institucionais existentes. Portanto, realizamos uma pesquisa em duas bases de dados que se concentram em publicações sobre suporte pedagógico, assistência estudantil e educação superior. Ao final, foram selecionados diversos trabalhos para uma análise aprofundada.

Palavras-chave: Revisão Sistemática. Auxílio Estudantil. Ensino Superior.

ABSTRACT

This study analyzes the literature regarding the support offered by teachers and assistance to students. In the last twenty years, higher education in Brazil has undergone significant transformations, resulting in a student profile that differs considerably. In this context, initiatives such as PNAES have become essential to facilitate the continuity of studies. However, the mere offer of material aid is not enough to guarantee the permanence of these students in educational institutions. It is necessary to develop innovative ideas, such as pedagogical support, which present themselves as valuable alternatives to existing institutional policies. Therefore, we conducted a search in two databases that focus on publications on pedagogical support, student assistance and higher education. In the end, several works were selected for an in-depth analysis.

Keywords: Systematic Review. Student Aid. Higher education.



INTRODUÇÃO

O presente estudo visa oferecer uma análise abrangente sobre o Apoio Pedagógico no Ensino Superior, com ênfase nas concepções de assistência e permanência estudantil. De acordo com Ferreira (2002), essas investigações possuem um caráter bibliográfico e enfrentam o desafio de mapear e discutir a produção acadêmica em diversas áreas do conhecimento. O objetivo central é compreender quais aspectos e dimensões se destacaram ao longo do tempo e em diferentes contextos, além das condições que impactaram a elaboração de dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e apresentações em congressos e seminários (FERREIRA, 2002).

Conforme a autora, esses estudos utilizam uma metodologia descritiva e inventariante da produção acadêmica e científica sobre o tema, considerando as categorias e características que emergem em cada pesquisa, resultando em uma análise mais completa do fenômeno (FERREIRA, 2002).

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, além da base de dados da Scielo Brasil. Este estudo integra um doutorado que objetiva identificar as ações e políticas institucionais de apoio pedagógico nos serviços de assistência estudantil das universidades federais brasileiras.

O trabalho se situa no campo do ensino superior, alinhando-se à perspectiva de Neves et al. (2018), que enfatizam o potencial das instituições de ensino superior em promover a democratização nas sociedades contemporâneas, estimulando a inovação cultural e a formação de indivíduos intelectualmente autônomos.

As autoras ressaltam que, embora de maneira gradual, os temas de pesquisa estão se diversificando, e a produção acadêmica sobre o ensino superior no Brasil evidencia que ainda estamos em um processo de apreensão dos efeitos da recente expansão do sistema nacional (NEVES et al., 2018).

Neste contexto, a pesquisa investiga como as demandas por apoio pedagógico têm sido atendidas durante a expansão do ensino superior brasileiro nas



últimas décadas, destacando o processo de massificação (TROW, 2005). Esse fenômeno introduziu um novo público, frequentemente composto por alunos de primeira geração e sem experiência anterior no ensino superior (SAMPAIO, 2014). A inclusão dessa diversidade de estudantes requer que as instituições desenvolvam novas políticas e ações voltadas ao apoio pedagógico.

Várias iniciativas têm sido implementadas nos serviços de apoio aos estudantes, reconhecidas internacionalmente (UNESCO, 2009), ou denominadas de assistência estudantil no Brasil. Assim, compreender como as ações de apoio pedagógico têm sido estruturadas é crucial para atingir os objetivos de democratização do ensino superior (COULON, 2017), transcendendo a mera garantia de acesso (DIAS, 2014).

Andrade e Teixeira (2017) ressaltam que, apesar de sua importância para a maioria dos alunos das instituições públicas de ensino superior no Brasil, o tema da assistência estudantil ainda recebe escassa atenção. Elas destacam que “a compreensão sobre assistência estudantil estava atrelada à moradia e alimentação, enfatizando a relevância do auxílio financeiro por motivos econômicos” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Pesquisas, como a de Heringer (2014), também evidenciam a carência de estudos sobre assistência estudantil, que, quando realizados, frequentemente concentram-se na avaliação de mecanismos financeiros, como bolsas e auxílios materiais (moradia, alimentação e transporte). Como resultado, formas de apoio imateriais, como saúde, esportes, cultura e apoio pedagógico, são pouco ou nada abordadas na literatura acadêmica brasileira. A pesquisa sobre Apoio Pedagógico foi realizada em duas bases de dados. A BDTD do IBICT conta com um acervo superior a 400 mil dissertações e quase 150 mil teses de mais de cem instituições, resultando em aproximadamente 250 trabalhos relacionados à “assistência estudantil”. A expressão “permanência estudantil” gerou 200 trabalhos. Na pesquisa avançada, que combinou “assistência estudantil” e “apoio pedagógico”, foram encontrados apenas oito trabalhos, enquanto a combinação de “assistência estudantil” e “serviços de apoio” resultou em 30 publicações.

A união das expressões “assistência estudantil” e “PNAES” trouxe 60 trabalhos. Adicionalmente, identificaram-se 11 trabalhos que exploravam a relação entre “permanência estudantil” e “apoio pedagógico” e 23 que tratavam de “serviços de apoio”, com a combinação com “PNAES” mantendo os mesmos 60



trabalhos. A escolha dessas expressões está intimamente relacionada ao objetivo da pesquisa, que busca entender as políticas e ações de apoio pedagógico nas universidades federais brasileiras, focando especialmente nos serviços destinados aos estudantes, em particular aqueles que se beneficiam de políticas de assistência estudantil. No contexto do PNAES, o “apoio pedagógico” é compreendido como uma ação ou política institucional que se articula com as políticas de assuntos estudantis. Portanto, foram selecionados os trabalhos que incluíam as expressões “assistência estudantil, permanência estudantil, apoio pedagógico e serviços de apoio”. Inicialmente, foram identificados 70 trabalhos nessa base de dados. Após uma análise preliminar, que excluiu duplicações e publicações que não se referiam ao ensino superior, restaram 30 publicações, todas datadas entre 2008 e 2019. Um dado relevante revela que, entre os 30 autores, apenas sete não estavam vinculados a instituições de ensino superior. Dos 25 autores associados a essas instituições, quatro são docentes e os demais são técnicos administrativos, com ênfase em 16 assistentes sociais.

Dos 30 trabalhos, a maioria (20) foi defendida em programas de pós-graduação de universidades federais, seguidos por universidades estaduais (seis), confessionais (quatro), privadas (uma) e uma internacional. A grande maioria das produções consiste em estudos de caso que analisam as políticas de assistência estudantil das instituições investigadas, frequentemente envolvendo autores que são membros dessas instituições, resultando em uma forma de autoavaliação. Embora os trabalhos sobre Institutos Federais e CEFETs tenham sido inicialmente considerados para análise de conteúdo, não serão utilizados para ilustrações ou comparações, visto que essas instituições também atendem a estudantes do ensino médio em cursos técnicos, os quais estão sujeitos a legislações distintas. Assim, foi realizada uma análise das 30 publicações que continham as expressões “ensino superior” e “estudante”, resultando em 13 publicações finais.

Pesquisas como a de Heringer (2014) evidenciam a escassez de estudos sobre assistência estudantil, que, quando realizados, costumam concentrar-se na avaliação de mecanismos financeiros, como bolsas e auxílios materiais (moradia, alimentação e transporte). De modo geral, formas de apoio imateriais, abarcando saúde, esportes, cultura e apoio pedagógico, têm sido pouco abordadas na literatura acadêmica brasileira. A maioria das pesquisas (20) dos 30



trabalhos analisados foi realizada em programas de pós-graduação de universidades federais, seguidas por universidades estaduais (seis), confessionais (quatro), privadas (uma) e uma internacional. A preponderância dos estudos consiste em análises de caso que avaliam as políticas de assistência estudantil das instituições em questão, muitas vezes envolvendo autores que estão vinculados a essas mesmas instituições, o que resulta em um tipo de autoavaliação. No início, os trabalhos que abordavam os Institutos Federais e CEFETs foram selecionados para a análise de conteúdo, porém não serão utilizados para ilustrações ou comparações, uma vez que essas instituições atendem estudantes de ensino médio em cursos técnicos, os quais estão sujeitos a legislações distintas. Dessa forma, realizamos uma análise das 30 publicações que continham as expressões “ensino superior” e “estudante”, resultando em 13 trabalhos finais.

A REVISÃO: APOIO PEDAGÓGICO

O estudo mais recente disponível na plataforma do IBICT, realizado por Mauricio (2019), analisa o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal do Tocantins (UFT). O autor conclui que "em algumas áreas, a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, pois prioriza as áreas de assistência básica devido à limitação de recursos para atender ao grande número de estudantes vulneráveis" (MAURICIO, 2019, p. 58).

Em um estudo anterior, Fernandes (2018) investigou a relação entre as políticas de assistência estudantil e a melhoria da qualidade de vida e do desempenho acadêmico dos alunos beneficiados pelo PNAES na UFT. Os resultados indicaram que a assistência estudantil é crucial para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, embora nem sempre ela seja suficiente para garantir o sucesso acadêmico.

Araújo (2017) avaliou as condições de permanência da política de assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu, durante o período de 2011 a 2015. A autora constatou que a taxa de permanência dos beneficiários do Programa de Auxílios Pecuniários nos cursos de Serviço Social (79,5%), Química (68,7%) e Irrigação e Drenagem (60,2%) superou as taxas dos estudantes não beneficiários, que foram de 35,4%, 25,4% e 14,2%, respectivamente (ARAÚJO, 2017, p. 9).



Vargas (2017) analisou a política de assistência estudantil da UNIPAMPA, fazendo uma comparação com outras instituições da "metade sul do Rio Grande do Sul". Por meio da análise de documentos e entrevistas, a autora concluiu que "a Unipampa atende a todos os eixos do PNAES por meio das ações executadas". Ela destacou tanto semelhanças quanto diferenças nos investimentos e nas iniciativas de apoio pedagógico e de saúde, enfatizando a necessidade de aprimorar a divulgação das políticas e a ausência de um sistema de avaliação estruturado (VARGAS, 2017, p. IX).

Abreu (2017) investigou as causas da evasão de alunos da graduação presencial no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus Londrina. A pesquisa, que incluiu análise de documentos e entrevistas, revelou que a evasão é um fenômeno multifatorial e que a assistência estudantil é fundamental para promover a permanência dos alunos. No entanto, Abreu (2017) ressalta que "esta política, de maneira isolada, não garante a permanência" e deve estar conectada à proposta pedagógica institucional (ABREU, 2017, p.9).

Farias (2018), por sua vez, avaliou a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, sob a perspectiva dos alunos. Os resultados mostraram um descompasso no entendimento dos discentes sobre os objetivos da política, que se limitam em grande parte ao suporte financeiro para alimentação, transporte e moradia, sem levar em conta outros serviços que poderiam contribuir para a permanência (FARIAS, 2018, p.13).

Conforme apontado por Farias, a política é "limitada ao repasse financeiro aos estudantes", refletindo uma lógica comum nas Políticas Sociais Brasileiras, que confunde Assistência Estudantil com Política Pública de Assistência Social. O autor também ressaltou a "inexistência de ações para acompanhamento pedagógico" e a falta de compreensão sobre o papel da Assistência Estudantil na trajetória acadêmica dos alunos, sugerindo que o IFPB prioriza as demandas materiais em detrimento das necessidades simbólicas.

Magalhães (2019) concentrou-se na criação de um modelo de avaliação e gestão da política de cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizando um estudo de caso na Universidade Federal de Goiás (UFG). Ele definiu cinco eixos de avaliação: 1) recepção e acolhimento; 2) apoio pedagógico; 3) assistência estudantil; 4) acompanhamento do desempenho e evasão; 5) avaliação da política de cotas. Os resultados mostraram que o apoio



pedagógico foi o eixo com mais iniciativas na gestão da política de cotas da UFG. Magalhães concluiu que muitas IFES enfrentam dificuldades para avaliar sua gestão nessa área, e que seu modelo pode contribuir para melhorar as políticas institucionais.

Botelho (2016) examinou a inter-relação entre o movimento estudantil da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e as políticas de assistência estudantil da instituição. A pesquisa evidenciou que as entidades estudantis apoiam os alunos e, em determinados momentos, interagem com as políticas institucionais. Questões como corpo, violência, aborto e racismo foram debatidas nas relações entre o movimento estudantil e a assistência da UFV.

Senger (2018) avaliou o Programa Auxílio Estudantil (PAE) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com foco no campus de Toledo. O objetivo do estudo foi compreender a eficácia do programa no suporte à permanência de alunos com dificuldades socioeconômicas. A autora constatou que o PAE é significativo, oferecendo apoio financeiro e psicológico; no entanto, os valores dos auxílios mostraram-se insuficientes para a manutenção dos estudantes, além de haver desafios para atender a todos os que necessitam, resultando em filas de espera.

Crestes (2013) destacou a relevância dos Serviços de Apoio Psicopedagógico para alunos de Medicina, enfatizando a crescente necessidade desses serviços para garantir um bom rendimento acadêmico. A autora ressaltou que tais serviços, tanto de caráter curativo quanto preventivo, promovem um ambiente acolhedor que compreende e assiste os acadêmicos, oferecendo momentos de reflexão e opções para os desafios enfrentados (CRESTE, 2013, p.8).

Apesar de reconhecer as dificuldades de acesso a esses serviços em algumas Instituições de Ensino Superior (IES), foi enfatizado que os serviços disponíveis são altamente valorizados, mesmo em circunstâncias inadequadas. Creste também indicou que muitas instituições não os consideram prioritários, resultando em estruturas deficitárias e na carência de equipe técnica. Ao discutir o serviço de uma instituição pública, a autora sublinhou a importância desse suporte para que os alunos consigam superar as dificuldades acadêmicas e pessoais ao longo de sua jornada educacional (CRESTE, 2013, p.87).

Marques (2014) explorou a assistência estudantil e a eficácia do PNAES nas universidades Federal de Campina Grande (UFCG) e Federal da Paraíba



(UFPB) sob a perspectiva dos assistentes sociais. Os resultados mostraram que as dez áreas temáticas do PNAES não estão sendo integralmente implementadas nessas instituições, com foco quase exclusivo nas ações de Moradia, Alimentação, além de esportes e saúde. O autor concluiu que “a Assistência Estudantil não é universalizada, mas restrita a ações pontuais, residuais e excludentes”, o que impacta a prática profissional dos assistentes sociais, que enfrentam a seletividade clientelista e conservadora (MARQUES, 2014, p.9).

Borsato (2015) investigou a implementação das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pela perspectiva dos assistentes sociais. Através de análise documental e entrevistas, a autora verificou que a criação do PNAES conferiu um novo status à Assistência Estudantil na UFMS. No entanto, ela argumenta que, apesar da maior visibilidade, as ações priorizam bolsas e auxílios financeiros com exigências que penalizam os alunos mais vulneráveis, contribuindo para a formação de uma “universidade dualizada” (BORSATO, 2015, p.182).

Osse (2008) iniciou um mapeamento das condições psicológicas, sociais e de qualidade de vida dos estudantes que residem na moradia estudantil da UnB, com o objetivo de fornecer subsídios para programas de proteção, prevenção e assistência estudantil. Os resultados revelaram que a maior parte dos solicitantes de assistência psicológica eram jovens universitários, entre 17 e 25 anos, que enfrentavam uma fase crítica de desenvolvimento psicossocial, passando por significativas transições, como a saída do lar familiar (OSSE, 2008, p.9).

Através de questionários sobre os hábitos dos estudantes, os resultados evidenciaram uma situação alarmante: “jovens, na sua maioria, com até 25 anos, enfrentando dificuldades para sustentar sua vida material na universidade” (OSSE, 2008, p.9). Além disso, foram “predominantemente identificados sinais de ansiedade, depressão e dificuldades em aceitar ou buscar ajuda” (OSSE, 2008, p.9).

Nesse contexto, ficou evidente que a combinação de questões financeiras com um ambiente social complexo, caracterizado por um “emaranhado de relações e a escassez de orientação e apoio, favoreceu o surgimento de comportamentos de risco como tentativas de resolução dos problemas associados ao sofrimento psíquico” (OSSE, 2008, p.9).



Adicionalmente, foi ressaltado que, apesar da existência de programas estudantis na UNB, eles se mostraram insuficientes para atender toda a demanda, evidenciando a “necessidade de implementar investimentos que priorizem a saúde física e mental e que garantam não apenas a permanência na universidade, mas uma permanência de qualidade” (OSSE, 2008, p.9). Assim, propôs-se a criação de programas mais abrangentes com o objetivo de aprimorar tanto o desempenho acadêmico quanto a qualidade de vida. O estudo mais recente encontrado na Scielo alinha-se aos objetivos da pesquisa de doutorado.

Donida e Santana (2019) analisaram as ações de apoio pedagógico de uma universidade federal do sul do Brasil, contextualizando sua pesquisa no ensino superior e nas políticas de expansão recentemente implementadas. As autoras enfatizam as mudanças no perfil dos estudantes na última década, resultado de certas políticas públicas, especialmente as de ação afirmativa. A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas com membros da equipe de Apoio Pedagógico: uma tutora, uma profissional da CAE, três estudantes com dificuldades de leitura e/ou escrita e um com Transtorno Funcional, além de uma análise documental das políticas públicas e das ações institucionais de apoio pedagógico.

De acordo com as autoras, os resultados evidenciam limitações no programa de apoio pedagógico, pois não “atinge todos os estudantes, a adesão dos cursos aos programas ofertados pelo Apoio Pedagógico é baixa e a divulgação ainda é insuficiente” (DONIDA; SANTANA, 2019, p.15). Além disso, os pesquisadores observaram que os estudantes com dificuldades acadêmicas sentem-se excluídos tanto por docentes quanto por colegas, o que impacta negativamente suas trajetórias e permanência na instituição. Para as autoras, as “dificuldades de caráter mais específico mencionadas pelos universitários se somam a um histórico de fracasso escolar, agravando ainda mais a situação do estudante” (DONIDA; SANTANA, 2019, p. 15).

Elas propõem a implementação de medidas complementares que promovam a inclusão de estudantes com dificuldades em leitura e escrita, assegurando sua permanência e reduzindo as taxas de evasão. Entre as sugestões, destacam-se: a realização de “curso de formação docente, programas de apoio ao estudante com foco nas necessidades específicas, oficinas de letramento,



palestras para a comunidade acadêmica e uma divulgação mais eficiente do trabalho de Apoio Pedagógico” (DONIDA; SANTANA, 2019, p. 15). Além disso, enfatizam que “as ações sugeridas devem contar com uma equipe de profissionais capacitados para orientar e acolher esses estudantes” (DONIDA; SANTANA, 2019, p. 15).

Coulon (2017), em suas investigações, busca esclarecer, através do conceito de afiliação, as distinções entre democratização do acesso e acesso ao conhecimento. O autor nota que “a transição do ensino médio para o superior acarreta mudanças significativas na relação com o saber: as regras não são as mesmas; são mais sofisticadas, complexas, simbólicas e precisam ser rapidamente assimiladas pelos novos estudantes” (COULON, 2017, p. 1239).

Ele argumenta que tanto o Brasil quanto a França passaram por um processo de massificação do ensino superior, sendo que alguns especialistas veem essa mudança como uma democratização. Na perspectiva de Coulon, os alunos do primeiro ano enfrentam uma grande diversidade em seus níveis de preparação, o que gera desafios de adaptação. Com base em estudos anteriores, ele demonstra que aqueles que não conseguem se afiliar ao ambiente acadêmico tendem ao insucesso, pois “o sucesso universitário envolve o aprendizado de um verdadeiro ofício de estudante” (COULON, 2017, p. 1242).

No seu estudo, o autor discute duas experiências: “a escrita cotidiana” e “a aprendizagem da metodologia documental”, propondo uma pedagogia da afiliação. Ele conclui que ambas as atividades, embora simples, são eficazes para facilitar a inserção dos estudantes em seu novo contexto no universo das ideias (COULON, 2017, p. 1242).

No trabalho de Matta, Lebrão e Heleno (2017), os autores revisaram artigos publicados entre 2005 e 2015 nas bases eletrônicas da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scielo Brasil e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Eles investigaram questões relacionadas à adaptação universitária, focando nas experiências acadêmicas, desempenho e evasão em cursos de Engenharia. Dos 16 artigos analisados, todos utilizaram questionários como instrumentos de coleta de dados.

Os autores identificaram uma carência de estudos sobre adaptação universitária nos cursos de Engenharia e concluíram que fortalecer as relações interpessoais pode melhorar o desempenho acadêmico e reduzir a evasão, assim



como os serviços de apoio aos estudantes. Eles ressaltam a importância de que as instituições estejam preparadas para auxiliar no processo de adaptação dos alunos à vida acadêmica no ensino superior, enfatizando que “atividades de integração e serviços de apoio, sejam psicológicos ou psicossociais, poderiam facilitar a inserção na vida acadêmica e contribuir para a permanência dos alunos na instituição” (MATTA; LEBRÃO; HELENO, 2017, p. 589).

No estudo de Vargas (2011), foi realizada uma pesquisa com egressos da UFMG para investigar as desigualdades no acesso ao ensino superior, a assistência estudantil e a inserção no mercado de trabalho. A autora comparou os ex-bolsistas de assistência estudantil com os não-bolsistas, concluiu que, em relação aos salários obtidos após a graduação, não havia desigualdade nas condições de trabalho. Contudo, observou que a remuneração dos egressos que receberam bolsa foi influenciada pelos mesmos fatores que afetaram os não-bolsistas, como a carreira, titulação e setor de atuação. Vargas destacou a forte correlação entre renda e carreira, conforme evidenciado em outras pesquisas, e concluiu que a assistência estudantil é crucial para a formação de alunos de baixa renda, permitindo que obtenham diplomas e se tornem profissionais qualificados, aumentando suas chances de ascensão social.

Na pesquisa realizada por Andriola e Suliano (2015), os autores examinaram os efeitos da presença da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos municípios do interior do estado, que passaram a contar com *campi* da UFC após a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O estudo coletou dados de 129 docentes, 503 discentes de três campi avançados da UFC, situados em Sobral, Quixadá e na Região do Cariri (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), além de 191 moradores locais. Os resultados indicaram que todos os grupos concordaram quanto aos impactos sociais positivos da UFC nas comunidades cearenses do interior. Os principais impactos identificados foram: a) Ampliação das oportunidades para a população local acessar novos cursos e participar de iniciativas de qualificação; b) Dinamização da economia local, resultando em crescimento municipal e mais oportunidades de trabalho; c) Geração de maior diversidade e melhores oportunidades de emprego para os residentes (ANDRIOLA; SULIANO, 2015).

Embora este estudo não aborde diretamente a questão central, ele contribui de maneira significativa para a discussão sobre a expansão do ensino



superior no Brasil, especialmente nas universidades federais, enfatizando os benefícios indiretos dessa ampliação e elucidando as razões nacionais que justificam a expansão do ensino superior federal.

Silva (2017) investigou as percepções de docentes da área de exatas sobre ações afirmativas na universidade, organizando suas descobertas em quatro tópicos: “[...] além de um assistencialismo; singularidades, particularidades e desempenho de estudantes favorecidos por ações afirmativas; a questão da permanência; e a valorização dos docentes envolvidos em práticas voltadas para a permanência dos alunos beneficiados” (SILVA, 2017, p. 820). Durante sua pesquisa, Silva dialogou com professores da área de exatas, ampliando suas reflexões sobre o tema. Um dos principais pontos do debate reside na tensão entre o desenvolvimento de ações pedagógicas destinadas à permanência dos alunos. O autor observa que uma estratégia comum para apoiar essa permanência e mitigar as dificuldades nas disciplinas de matemática é a adoção de “ações remediativas”, como os “cursos de nivelamento”, frequentemente integrados ao currículo. Essa prática gerou controvérsias entre os docentes de matemática, com alguns acreditando que uma única disciplina pode não ser suficiente para promover mudanças significativas, enquanto outros defendem que não é viável transformar hábitos de estudo apenas com a inclusão de uma nova disciplina.

Adicionalmente, conforme apontado por Silva (2017, p. 843), observa-se uma carência de reconhecimento pelo envolvimento desses educadores em “ações pedagógicas para a permanência de estudantes de grupos sub-representados.” Costa, uma das docentes consultadas, enfatizou que esse compromisso demanda um esforço adicional por parte dos professores, frequentemente se configurando como “um quarto elemento da atribuição docente” (SILVA, 2017, p. 843). Embora o autor não especifique explicitamente, presume-se que os três elementos mencionados sejam pesquisa, ensino e extensão. Segundo os entrevistados, a pesquisa é a atividade mais valorizada na universidade, relegando as ações pedagógicas voltadas para a permanência a um segundo plano, percebidas como mera assistência (“quarto elemento”) e, assim, não consideradas para progressão na carreira.

Garrido e Mercuri (2013) realizaram uma investigação sobre a produção científica nacional relacionada a moradias estudantis universitárias, identificando 23 publicações entre 2000 e 2009. Os resultados foram organizados em três



categorias: o estudante residente, a moradia estudantil e as ações da assistência estudantil. As autoras notaram que, embora o tema das moradias universitárias seja amplamente debatido internacionalmente, no Brasil essa discussão ainda se encontra em um estágio inicial, com uma percepção limitada da moradia como um espaço formativo. Elas sugerem novas investigações que “busquem conhecer a realidade desses ambientes e os impactos gerados sobre os estudantes” (GARRIDO; MERCURI, 2013, p. 87). Argumentam que, dado que as moradias são de responsabilidade das instituições de ensino superior, tais estudos poderiam fundamentar ações voltadas à formação dos estudantes.

Em um estudo mais recente sobre moradias estudantis, Lacerda e Valentini (2018) analisaram o impacto das moradias na vida acadêmica dos alunos, avaliando sua permanência na universidade. A pesquisa comparou dados de estudantes residentes e não residentes, revelando que os residentes apresentaram um desempenho acadêmico superior e, após ingressarem nas moradias, tiveram menos trancamentos de disciplinas em comparação aos não residentes. Os autores concluem que as moradias exercem um impacto positivo na vida acadêmica dos estudantes, contribuindo para seu desempenho e, conseqüentemente, para sua permanência na universidade.

Ristoff (2014) discute o perfil dos estudantes de ensino superior no Brasil e até que ponto as políticas recentes de expansão do ensino superior alteraram esse perfil socioeconômico. Com base em dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), conclui que, apesar da diversificação do perfil dos estudantes entre 2004 e 2012, “em média, o campus brasileiro continua significativamente mais branco que a sociedade brasileira” (RISTOFF, 2014, p. 742). O autor ressalta que o “campus brasileiro ainda não reflete a nova realidade populacional apontada pelo último Censo do IBGE, no qual, pela primeira vez, pretos e pardos constituem o grupo majoritário da população, com 51%, em comparação a 48% de brancos” (RISTOFF, 2014, p. 742).

Dessa forma, ele enfatiza que, embora as políticas mencionadas indiquem avanço e a promulgação da Lei de Cotas possa modificar essa situação, o perfil dos estudantes de graduação ainda se distancia do perfil demográfico da população brasileira, especialmente em cursos com alta demanda.



O estudo de Andrade e Teixeira (2017) investiga a inter-relação entre a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção do desenvolvimento psicossocial nas dez áreas do PNAES, incluindo o apoio pedagógico. Os autores defendem que a meta do PNAES, enquanto política pública, é a redução da evasão e a melhoria do desempenho dos alunos. Contudo, enfatizam que a decisão de permanecer em um curso e na instituição, assim como o desempenho acadêmico e o desenvolvimento psicossocial, é influenciada por uma série de fatores pessoais, relacionais e acadêmicos. A pesquisa realizada em uma "nova universidade multicampi" revelou "correlações baixas ou inexistentes entre as variáveis de interesse e as áreas do PNAES" (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p.512).

Recktenvald et al. (2018) oferecem uma análise abrangente do PNAES, utilizando diversas abordagens epistemológicas. Descrevem o programa como um modelo de desenvolvimento social, ativo de 2003 a 2016. Os autores, que desempenham funções como gestores e pesquisadores em três universidades federais, aplicam a teoria interpretativista para explorar as diversas epistemologias relevantes à análise do PNAES, incluindo positivismo, utilitarismo, funcionalismo, sistemismo, dialética e complexidade. Eles ressaltam a importância de avaliar o programa por meio dessas múltiplas perspectivas.

Em relação à avaliação do PNAES como política pública, Dutra e Santos (2017) investigam as diferentes concepções do programa, levando em conta sua recente regulamentação governamental – tema debatido desde a década de 1930, resultando em diferentes experiências e visões nas várias instituições de ensino superior. As autoras buscam identificar e sistematizar as questões discutidas entre a política pública contemporânea e as concepções institucionais, destacando que essas concepções frequentemente entram em conflito, definindo o que consideram uma assistência estudantil ideal.

Ademais, Imperatori (2017) analisa a assistência estudantil ao longo de sua trajetória histórica, culminando na implementação do PNAES. A autora apresenta aspectos que favorecem a compreensão de como certos conceitos foram formulados, apoiando-se em uma pesquisa bibliográfica que estabelece um diálogo entre assistência social e educação. Além disso, realiza uma análise da assistência estudantil enquanto direito social e política pública.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo examinou a implementação do PNAES e as políticas de assistência estudantil em Instituições de Ensino Superior, destacando a importância de auxílios para moradia, alimentação e transporte, além da necessidade de apoio pedagógico.

A revisão da literatura revelou que o apoio pedagógico foi pouco abordado, com exceção do estudo de Donida e Santana (2019). Investigações como a de Toti et al. (2018) trouxeram um panorama sobre o apoio pedagógico em universidades federais, focando nos profissionais envolvidos e nos serviços oferecidos. Toti e Dias (2020) conectam o apoio pedagógico às políticas de expansão do ensino superior, ressaltando a interligação entre esse apoio, a permanência estudantil e as questões de assistência, saúde mental e qualidade de vida.

Portanto, o apoio pedagógico é considerado vital não apenas para a permanência dos estudantes, mas também como um campo que necessita de mais pesquisas e produção acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Renata Pacheco. As expressões da evasão dos estudantes atendidos [pela] Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná -Campus Londrina. 2017. Dissertação (Mestre em Serviço Social e Política Social) -Universidade Estadual de Londrina - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2017.

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. Avaliação(Campinas) [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.512-528.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira e SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. 2015, vol.96, n.243, pp.282-298. ISSN 0034-7183.

ARAUJO, Sandy Andreza De Lavor. Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior.2017. 210f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas da Educação Superior) –Universidade Federal



do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Educação Superior, Fortaleza, 2017.

BORSATO, Francieli Piva. A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2015. Dissertação (Mestre em Serviço Social e Política Social) -Universidade Estadual de Londrina -Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2015.

BOTELHO, Cristiane Roque Pereira. Assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa: composições e tensões no/com o movimento estudantil. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. Educ. Pesqui.[online]. 2017, vol.43, n.4, pp.1239-1250. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201710167954>.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. 2007. MEC.

BRASIL. Decreto 7234. Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil e dá outras providências. Casa Civil. Brasília: julho de 2010.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CRESTE, Cecília Emília de Oliveira. Psycho-pedagogical Support Service rendered to medicine students: a case study. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) -Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013.

DIAS, Diana; SÁ, Maria José. The Impact of the Transition to HE: emotions, feelings and sensations. European Journal of Education, v(49), n(2), 2014, p.291-303.

DIAS, Diana. Democratização versus Massificação: um olhar do acesso ao sucesso. In:CNE (Conselho Nacional de Educação). Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o Século XXI. Évora: Conselho Nacional de Educação, 2015, p.68-77.

DONIDA, Lais Oliva e SANTANA, Ana Paula. Apoio Pedagógico como proposta de educação para todos. Educ. Pesqui. [online]. 2019, vol.45, e192527. Epub 06-Jun-2019. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945192527>.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio:



aval.pol.públ.Educ.[online]. 2017, vol.25, n.94, pp.148-181. ISSN 0104-4036.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. Assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/ Campus João Pessoa: contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do ensino superior. 2018. 104f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, João Pessoa, 2018.

FERNANDES, Rebeca Vasconcelos. Programa de Bolsa Permanência –uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT/campus de Gurupi.2018. 152f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) –Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002, p. 257-272.

GARRIDO, Edleusa Nery e MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. Psicol. Esc. Educ.[online]. 2013, vol.17, n.1, pp.87-95.

HERINGER, Rosana. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil.Tomo (UFS), v. 1, p. 13-29, 2014.

HERINGER, Rosana. Expansão do ensino superior no Brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão (2011). In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba (PR). Anais do XV Congresso da SBS.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serv. Soc. Soc.[online]. 2017, n.129, pp.285-303.

LACERDA, Izabella Pirro e VALENTINI, Felipe. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. Psicol. Esc. Educ. [online]. 2018, vol.22, n.2, pp.413-423.

MAGALHÃES, J. C. Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2019.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAE: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).2014. 268 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.



MATTA, Cristiane Maria Barra da; LEBRAO, Susana Marraccini Giampietri e HELENO, Maria Geralda Viana. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2017, vol.21, n.3, pp.583-591.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2019.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia.* v.6, n.12 Jan-Abr/2018.

OSSE, Cleuser Maria Campos. Pródromos e qualidade de vida de jovens na moradia estudantil da Universidade de Brasília -UnB.2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro e PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. *Avaliação(Campinas)* [online]. 2018, vol.23, n.2, pp.405-423.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação(Campinas)*[online]. 2014, vol.19, n.3, pp.723-747.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, 2014, v(29)n(84), p.43-55.

SENGER, Amália. Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do Programa Auxílio Estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo.2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Educação matemática e ações afirmativas: possibilidades e desafios na docência universitária. *Cad. Pesqui.*[online]. 2017, vol.47, n.165, pp.820-846.

TOTI, Michelle C. Silva; POLYDORO, Soely A. Jorge; ASSUMPÇÃO, Flavia V. S. Leite. O Apoio Pedagógico nas Universidades Federais Brasileiras. *Congresso Internacional de Orientación para el aprendizaje em educación superior OAES.* Santiago (Chile), 2018, 137-140.

TOTI, Michelle C. Silva; DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Conquistas, possibilidades e desafios para os serviços e seus profissionais. In:DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle C. Silva;SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (orgs.). *Os serviços de apoio pedagógico*



aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p.472-497.

TROW, Martin. Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. In: ALTBACH, Philip (ed.). International Handbook of Higher Education. Berkeley: Kluwer. 2005.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Preface. In: UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Student Affairs and Services in Higher Education: Global Foundations, Issues and Best Practices. Paris, UNESCO, 2009.

VARGAS, Melissa Welter. Políticas públicas e desenvolvimento: limites e possibilidades na materialização da assistência estudantil no contexto da UNIPAMPA. 2017. 161f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí) -Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional, Ijuí, 2017.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Avaliação (Campinas) [online]. 2011, vol.16, n.1, pp.149-163. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008>.